

Não dê esmola, dê futuro

FLORIANO PESARO

Pobres não precisam de figuras de linguagem que só aplacam a consciência de alguns, mas de serviços que melhorem suas vidas

A ASSISTÊNCIA social ainda não conseguiu fugir das metáforas que tornam os beneficiários das políticas públicas seres com cidadania congenitamente inferior. Ao clichê de que a caridade dá o peixe se opõe um outro, que tem a pretensão de ser libertador: teríamos de ensinar o pobre a pescar.

Poucos se dão conta de que tal visão embute desvio igualmente autoritário, como se o usuário do serviço social visse nas trevas, cabendo ao Estado, às ONGs ou às igrejas retirá-lo da escuridão. Os pobres precisam de respostas.

A prioridade do prefeito José Serra é retirar o serviço público do reino da metáfora e da fantasia e lhe conferir eficiência. As crianças, mulheres e homens pobres de São Paulo — e do Brasil — não precisam de figuras de linguagem que só aplacam a consciência culpada de uns tantos, mas de serviços que tornem as suas vidas melhor.

A Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social atende, por dia, a 110 mil pessoas. O número corresponde quase à população de Jaú. Em convênios firmados com 350 entidades, esse trabalho consome R\$ 132 milhões por ano. A este volume se somam os R\$ 156 milhões destinados ao programa de renda mínima, que chega a 160 mil famílias.

O número de pobres de São Paulo atendidos pela prefeitura supera o número total da população de muitas capitais brasileiras. Entre funcionários da secretaria e membros de ONGs, nada menos de 7.000 agentes se envolvem nesse trabalho.

Estamos falando de R\$ 288 milhões destinados a tal fim, volume superior ao orçamento total de boa parte das cidades brasileiras, que têm de ser geridos de forma competente para garantir aos beneficiários não só o acesso aos programas mas, principalmente, os meios para deles sair e prover o próprio sustento.

Não queremos criar na cidade os clientes da caridade nem a indústria da miséria, que rende votos, mas não rende futuro.

E é esse o aspecto mais importante do

trabalho desta gestão: nós estamos ampliando a rede de assistência, mas não queremos criar a indústria do morador de rua.

Como dizia uma antiga canção de protesto dos anos 60, “feito não é bonito”. Enquanto atuamos nas respostas estruturais, deixamos o pobre ao léu? Muito ao contrário: em 2005, vamos destinar à chamada população de rua R\$ 31.137.452,05. No próximo ano, R\$ 42.788.614 — um aumento de 37,4%.

É preciso ir à raiz do problema. Sob a orientação do prefeito José Serra, estão em curso duas grandes ações.

A primeira delas é o Programa São Paulo Protege, que amplia a presença da prefeitura na abordagem do morador de rua, encaminhando-o à rede de serviços e a programas emancipatórios de qualificação e inserção no mercado de trabalho. Em oito meses, vamos ampliar de 62 para 400 o número de agentes de proteção social, 300 atuando no centro da cidade — cem dos quais especialmente treinados para lidar com crianças.

Participa deste esforço o Programa de Reabilitação da Área Central da cidade, no qual serão investidos US\$ 8,5 milhões em uma parceria com o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento).

Dentro desse programa, merece destaque o São Paulo Protege Suas Crianças, cujo principal objetivo é combater o trabalho infantil nas ruas. As respectivas famílias estão sendo incluídas no programa de renda mínima, e a contrapartida é manter as crianças na escola e nos núcleos socioeducativos da rede, nas atividades de pós-escola.

O projeto piloto, em parceria com a OIT (Organização Internacional do Trabalho) e a Fundação Orsa, chamado Cata-Vento, já funciona em São Mateus e atende a 491 crianças e adolescentes.

Bem perto das Varas da Infância e da Juventude, estamos instalando os Centros de Referência da Criança e do Adolescente, o que torna mais ágil e eficiente o atendimento. Serão cinco até o fim deste mês.

O segundo programa que a Prefeitura de São Paulo considera fundamental é o Ação Família - viver em comunidade, que fortalece os vínculos de convívio social nos bairros. O público-alvo são as famílias que moram nas áreas mais pobres da cidade, segundo o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social. Combinado ao programa anterior, se trata de uma reeducação de pais e filhos para a cidadania.

Lugar de criança é na escola. Cabe à prefeitura, em associação com entidades da sociedade civil, prover os meios para que isso se realize.

O cidadão pode colaborar mais do que imagina. Em vez de esmolas, vamos dar futuro às nossas crianças e aos nossos pobres. Em vez de estimular o trabalho infantil nos faróis, vamos indicar o caminho da educação.

A cidade dispõe do Fundo Municipal de Assistência Social e do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, órgãos que têm gestão pública e que recebem doações. Há, ainda, inúmeras ONGs que fazem um trabalho sério para acolher adultos e crianças das ruas.

Se o morador de São Paulo entrar no site www.prefeitura.sp.gov.br, encontrará um bom caminho para unir a generosidade à cidadania. Não queremos dar o peixe. Não somos pescadores de votos. Queremos conferir cidadania permanente a essa parcela de moradores de São Paulo que têm de se tornar pessoas livres, inclusive, da falsa caridade que as faz cativeiras também da má consciência.

Floriano Pesaro, sociólogo, é secretário municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo. Foi secretário nacional do Programa Bolsa Escola Federal do Ministério da Educação.